

## Destaques da sessão plenária de 8 a 11 de junho de 2015, Estrasburgo

### **TTIP: Parlamento Europeu faz recomendações à Comissão sobre negociações com os EUA**

O Parlamento Europeu vai debater com a Comissão as prioridades e as linhas vermelhas da UE nas atuais negociações com os Estados Unidos sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). A inclusão ou exclusão de um mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e os Estados neste acordo entre os dois maiores blocos económicos mundiais será um dos assuntos em destaque no debate que se realiza na quarta-feira, a partir das 9h00, e na votação que terá lugar ao meio dia.

4

### **Maior envolvimento dos acionistas nas sociedades cotadas e transparência nas grandes empresas**

Os acionistas de sociedades cotadas na UE devem ter o direito de votar sobre a política de remuneração dos administradores pelo menos de três em três anos, de acordo com alterações a uma proposta legislativa que vai ser votada na quarta-feira. O texto aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos requer também que as grandes empresas e as entidades de interesse público divulguem informações, país por país, sobre os lucros obtidos, os impostos pagos e os subsídios recebidos.

7

### **Ação da UE face à propaganda russa e às ameaças no Mar Negro**

A UE deve monitorizar a assistência financeira da Rússia a partidos políticos europeus, atribuir fundos a projetos que visem fazer face à propaganda russa e dar resposta às ameaças de segurança no Mar Negro na sequência da anexação ilegal da Crimeia, dizem dois relatórios da comissão parlamentar dos Assuntos Externos que vão ser debatidos na quarta-feira e votados no dia seguinte. A lista negra russa de personalidades impedidas de entrar no país deverá também ser referida no debate.

9

### **Corrupção na FIFA em debate no Parlamento Europeu**

Os casos de corrupção na FIFA e as lições a tirar para o futuro vão ser discutidos com a Comissão e o Conselho na quarta-feira. O Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre este assunto na quinta-feira. Numa resolução aprovada em março de 2013, os eurodeputados instaram as organizações desportivas a adotarem uma política da "tolerância zero" no que diz respeito à corrupção e propuseram o estabelecimento de sanções comuns na UE.

11

### **Eurodeputados questionam Conselho e Comissão sobre "fronteiras inteligentes"**

Os eurodeputados vão perguntar ao Conselho e à Comissão se as propostas "fronteiras inteligentes", que incluem um Sistema de Entrada/Saída de nacionais de países terceiros e um Programa de Viajantes Registados, constituem uma resposta adequada à situação nas fronteiras externas da UE, atendendo ao aumento constante das passagens. A proteção de dados, o eventual acesso das autoridades policiais a estes sistemas e os respetivos custos serão outros assuntos abordados no debate de terça-feira. 12

---

### **Estratégia Europeia de Segurança Energética**

Os eurodeputados vão debater os principais desafios no setor da energia e a Estratégia Europeia de Segurança Energética na terça-feira e votar um relatório sobre este tema no dia seguinte. A dependência excessiva da UE em relação às importações da Rússia, a moderação da procura, os preços, as energias renováveis, a realização de um mercado interno da energia plenamente integrado, os níveis de interconexão da eletricidade e do gás e os investimentos são alguns dos assuntos abordados no relatório. 15

---

### **Parlamento Europeu vota resolução sobre a situação na Hungria**

A situação dos direitos fundamentais na Hungria, as recentes declarações do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán sobre uma eventual reintrodução da pena de morte no país, uma polémica consulta pública sobre a imigração e a reação da UE a estes últimos desenvolvimentos vão ser analisadas numa resolução que será votada na quarta-feira. O debate com o vice-presidente da Comissão responsável pelos Direitos Fundamentais, Frans Timmermans, e Viktor Orbán realizou-se na sessão plenária de 19 de maio. 17

---

### **Desporto e direitos humanos: debate sobre os Jogos de Baku e os prisioneiros políticos no Azerbaijão**

Os eurodeputados vão debater com a Comissão e o Conselho os Jogos Europeus 2015 que se iniciam em Baku, capital do Azerbaijão, em 12 de junho, e a situação dos direitos humanos no país, onde estão presos muitos ativistas políticos e jornalistas. Os parlamentares querem que as federações desportivas europeias e internacionais incluam o respeito pelos direitos humanos como um pré-requisito para um país poder acolher eventos desportivos desta dimensão e projeção mediática. 19

---

### **Reformas e situação dos direitos e liberdades na Turquia**

As reformas realizadas na Turquia, a situação da democracia e dos direitos humanos no país, a corrupção, a liberdade de imprensa e de expressão, a questão curda, as negociações com o PKK, a independência do sistema judicial e o genocídio arménio vão ser alguns dos assuntos abordados numa resolução sobre a Turquia, a ser votada na quarta-feira. O debate em plenário realizou-se no dia 20 de maio. 20

---

**Outros assuntos em destaque** 21

---

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2015-06-08>

## Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em directo à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparlTV](#)

[Material Audiovisual](#)

[EP Newshub](#)

## Contactos

---

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ [isabel.nadkarni@europarl.europa.eu](mailto:isabel.nadkarni@europarl.europa.eu)

---

## TTIP: Parlamento Europeu faz recomendações à Comissão sobre negociações com os EUA

**O Parlamento Europeu vai debater com a Comissão as prioridades e as linhas vermelhas da UE nas atuais negociações com os Estados Unidos sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). A inclusão ou exclusão de um mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e os Estados neste acordo entre os dois maiores blocos económicos mundiais será um dos assuntos em destaque no debate que se realiza na quarta-feira, a partir das 9h00, e na votação que terá lugar ao meio dia.**

O acordo comercial entre a UE e os Estados Unidos deve aumentar o acesso europeu ao mercado norte-americano, mas sem comprometer os padrões da UE nem o direito de legislar no interesse público, diz a comissão parlamentar do Comércio Internacional no seu relatório, aprovado em 28 de maio, com recomendações à Comissão Europeia para as negociações do TTIP. Os eurodeputados defendem também uma reforma das regras sobre a resolução de litígios entre investidores e Estados.

As recomendações ao executivo comunitário, que está a negociar o acordo com os parceiros norte-americanos em nome da UE, foram aprovadas na comissão parlamentar por 28 votos a favor e 13 contra. O texto será debatido e votado em plenário no dia 10 de junho.

Este relatório visa fazer o ponto da situação das conversações entre a UE e os Estados Unidos, que decorrem desde julho de 2013, e indicar a posição do Parlamento Europeu em relação a questões fulcrais como:

- o mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e os Estados (ISDS, na sigla inglesa);
- uma lista exaustiva dos produtos agrícolas e industriais sensíveis;
- o respeito pelos padrões ambientais, de saúde e de proteção social da UE;
- a proteção das indicações geográficas europeias;
- a eliminação de quaisquer restrições existentes à exportação de energia entre os dois parceiros comerciais;
- a proteção dos dados pessoais dos europeus, assegurando que o acervo da UE neste domínio não fica comprometido com a liberalização dos fluxos de dados, especialmente na área do comércio eletrónico;
- a remoção das atuais restrições norte-americanas aos serviços de transportes marítimos e de transportes aéreos que são propriedade das empresas europeias, como no que diz respeito à propriedade estrangeira de companhias aéreas;
- a exclusão de serviços públicos do TTIP, nomeadamente água, saúde, sistemas de segurança social e educação;

- a pressão para que os Estados Unidos ratifiquem e apliquem as oito convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (até ao momento apenas ratificou duas);
- o aumento da transparência, garantindo a publicação de mais documentos e o acesso a mais informação sobre as negociações.

### **Eurodeputados querem um acordo ambicioso e equilibrado**

O PIB da UE depende em grande medida do comércio e das exportações, pelo que um acordo com os Estados Unidos "bem concebido" poderá promover a reindustrialização da Europa e ajudar a atingir o objetivo de aumentar de 15 % para 20 % o PIB gerado pela indústria da UE até 2020, ao permitir que as empresas europeias, em especial as PME, entrem num mercado de 850 milhões de consumidores, diz o relatório.

Os eurodeputados notam, no entanto, que vários estudos contraditórios fazem com que os benefícios reais do TTIP para a economia europeia sejam difíceis de avaliar. Os parlamentares querem que as negociações sejam mais transparentes e que se chegue a um acordo "ambicioso e equilibrado", que beneficie todos os Estados-Membros.

O acordo deverá promover um "ambiente económico eficaz e favorável à concorrência" e a diminuição dos entraves não pautais. Deverá também garantir níveis elevados de proteção dos consumidores europeus e dos seus dados, saúde e segurança e prevenir o dumping social e ambiental.

**Reforma do sistema de proteção dos investimentos** No seu relatório, a comissão parlamentar do Comércio Internacional propõe que seja negociado um novo sistema para os investidores procurarem e obterem ressarcimento das suas queixas.

Este novo sistema deverá ser baseado no recente "*concept paper*" sobre um sistema reformado de proteção dos investidores, apresentado pela comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström, no dia 7 de maio, bem como nas discussões em curso no Conselho entre os ministros com a pasta do Comércio.

O texto aprovado na comissão parlamentar defende uma "solução permanente" de resolução de litígios entre os investidores e os Estados, mediante a qual os eventuais casos sejam resolvidos em "audições públicas" por juízes independentes e escolhidos publicamente. Este sistema deverá também incluir um mecanismo de recurso. "A jurisdição dos tribunais da UE e dos Estados-Membros deverá ser respeitada", sublinha o documento.

A médio prazo, um tribunal internacional público poderá ser o meio mais adequado para lidar com os litígios sobre investimentos, acrescenta.

**Parlamento Europeu terá palavra final sobre o TTIP** O acordo que resultar das negociações em curso só poderá entrar em vigor com a aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da UE.

*Debate: 10/06/2015*

*Votação: 10/06/2015*

*Processo: relatório de iniciativa*

*Relator: Bernd Lange (S&D, DE)*

## **Mais informação**

[Relatório que contém as recomendações à Comissão Europeia para as negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento \(TTIP\)](#)  
[O Parlamento Europeu e o TTIP: nota explicativa](#)

# Maior envolvimento dos acionistas nas sociedades cotadas e transparência nas grandes empresas

**Os acionistas de sociedades cotadas na UE devem ter o direito de votar sobre a política de remuneração dos administradores pelo menos de três em três anos, de acordo com alterações a uma proposta legislativa que vai ser votada na quarta-feira. O texto aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos requer também que as grandes empresas e as entidades de interesse público divulguem informações, país por país, sobre os lucros obtidos, os impostos pagos e os subsídios recebidos.**

A proposta de revisão da diretiva sobre os direitos dos acionistas, inserida num pacote de medidas apresentado pela Comissão em abril do ano passado para melhorar o governo societário, visa assegurar um maior envolvimento dos acionistas nas sociedades em que investem e contribuir para a sua competitividade e sustentabilidade a longo prazo.

Para os eurodeputados, a política de remuneração aplicável aos administradores deve contribuir para o crescimento a longo prazo da sociedade e "não estar, em grande parte ou na íntegra, associada a objetivos de investimento de curto prazo".

Todos os Estados-Membros da UE "devem assegurar que as sociedades elaborem uma política de remuneração dos administradores e a submetam ao voto vinculativo da assembleia geral de acionistas", diz o texto aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos no dia 7 de maio.

"As sociedades só devem pagar uma remuneração aos seus administradores que seja conforme com uma política de remuneração submetida a votação na assembleia geral de acionistas. Qualquer alteração dessa política deve ser submetida a votação em assembleia geral de acionistas e a política deve ser submetida a aprovação em assembleia geral, pelo menos, a cada três anos", acrescenta.

Os eurodeputados reforçaram ainda as regras sobre a identificação dos acionistas, a transmissão de informações, a obrigatoriedade de apresentação de relatórios e o envolvimento dos trabalhadores, entre outras.

## Aumento da transparência sobre as atividades das grandes empresas

A comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos incluiu disposições sobre o aumento da transparência relativamente às atividades das grandes empresas, em especial no que se refere aos lucros obtidos, aos impostos pagos sobre os lucros e aos subsídios recebidos. "A obrigatoriedade de apresentação de relatórios neste domínio pode ser considerada um importante elemento da responsabilidade social das sociedades perante os acionistas e a sociedade", diz o texto.

Os eurodeputados querem também que as grandes empresas divulguem publicamente, "fornecendo uma discriminação por Estado-Membro e por país terceiro onde a grande empresa em questão tenha uma filial, os elementos essenciais e informações relativos a decisões fiscais" (*tax rulings*).

O texto, que toca em muitos outros aspetos sobre o governo societário, foi aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos por 13 votos a favor e 10 contra.

### **Situação em Portugal sobre divulgação da política de remuneração e direitos dos acionistas**

Portugal é um dos 15 Estados-Membros da UE que requer a divulgação da política de remuneração dos administradores, como a Áustria, a Bélgica, a Bulgária, a República Checa, a França, a Alemanha, a Itália, a Letónia, a Lituânia, os Países Baixos, a Eslováquia, a Espanha, a Suécia e o Reino Unido.

De acordo com o estudo de impacto da Comissão Europeia, 11 Estados-Membros, entre os quais Portugal, requerem que seja disponibilizada informação sobre as remunerações individualmente atribuídas aos administradores (os outros países são Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Lituânia, Países Baixos, Espanha, Suécia e Reino Unido).

Portugal é também um dos dez Estados-Membros que introduziram o voto vinculativo dos acionistas sobre a política de remuneração dos administradores, ao lado da Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Hungria, Letónia, Países Baixos, Eslováquia, Suécia e Reino Unido.

*Debate: 9/06/2015*

*Votação: 10/06/2015*

*Processo: codecisão (processo legislativo ordinário), primeira leitura*

*Relator: Sergio Gaetano Cofferati (S&D, IT)*

### **Mais informação**

[Relatório sobre a proposta que altera a Diretiva 2007/36/CE no que se refere aos incentivos ao envolvimento dos acionistas a longo prazo e a Diretiva 2013/34/UE no que se refere a determinados elementos da declaração sobre o governo das sociedades](#)

[Estudo de impacto da Comissão Europeia](#)



## Ação da UE face à propaganda russa e às ameaças no Mar Negro

**A UE deve monitorizar a assistência financeira da Rússia a partidos políticos europeus, atribuir fundos a projetos que visem fazer face à propaganda russa e dar resposta às ameaças de segurança no Mar Negro na sequência da anexação ilegal da Crimeia, dizem dois relatórios da comissão parlamentar dos Assuntos Externos que vão ser debatidos na quarta-feira e votados no dia seguinte. A lista negra russa de personalidades impedidas de entrar no país deverá também ser referida no debate.**

O relatório sobre o estado das relações entre a UE e a Rússia, elaborado pelo eurodeputado lituano Gabrielius Landsbergis (PPE), solicita à Comissão Europeia que "atribua sem demora financiamento apropriado a projetos concretos que visem fazer face à propaganda e à desinformação russas dentro e fora da UE".

Os eurodeputados pedem também à UE que apoie os cidadãos russos que lutam pela democracia e pelo Estado de Direito no país, como defensores dos direitos humanos, bloguistas, meios de comunicação social independentes, académicos e ONG.

A situação estratégica na bacia do Mar Negro do ponto de vista militar, na sequência da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia, é analisada num outro relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Externos, redigido pelo eurodeputado romeno Ioan Mircea Paşcu (S&D).

*Debates: 10/06/2015*

*Votação: 11/06/2015*

*Processo: relatórios de iniciativa*

*Relatores: Gabrielius Landsbergis (PPE, LT), sobre o estado das relações UE-Rússia, e Ioan Mircea Paşcu (S&D, RO), sobre a situação estratégica na bacia do Mar Negro do ponto de vista militar, na sequência da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia*

## Mais informação

[Relatório sobre o estado das relações UE-Rússia](#)

[Relatório sobre a situação estratégica na bacia do Mar Negro do ponto de vista militar, na sequência da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia](#)

[Comunicado de imprensa do presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, sobre a lista negra russa de personalidades impedidas de entrar no país](#)

# Corrupção na FIFA em debate no Parlamento Europeu

**Os casos de corrupção na FIFA e as lições a tirar para o futuro vão ser discutidos com a Comissão e o Conselho na quarta-feira. O Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre este assunto na quinta-feira. Numa resolução aprovada em março de 2013, os eurodeputados instaram as organizações desportivas a adotarem uma política da "tolerância zero" no que diz respeito à corrupção e propuseram o estabelecimento de sanções comuns na UE.**

A corrupção no desporto tem sido abordada várias vezes pelo Parlamento Europeu. Numa resolução aprovada em 2013, os eurodeputados instaram as organizações desportivas a adotarem uma política da "tolerância zero" no que diz respeito à corrupção e a criarem um código de conduta para todos os envolvidos - jogadores, treinadores, árbitros, pessoal médico e técnico, presidentes de clubes e associações - que estabeleça os perigos da viciação de resultados. Os parlamentares apelaram também a "sanções mínimas comuns adequadas" na UE.

*Debate: 10/06/2015*

*Votação: 11/06/2015*

*Processo: resolução*

## **Mais informação**

[Comunicado de imprensa - Corrupção no desporto: Parlamento Europeu quer sanções comuns na UE \(14/03/2013\)](#)

## Eurodeputados questionam Conselho e Comissão sobre "fronteiras inteligentes"

**Os eurodeputados vão perguntar ao Conselho e à Comissão se as propostas "fronteiras inteligentes", que incluem um Sistema de Entrada/Saída de nacionais de países terceiros e um Programa de Viajantes Registrados, constituem uma resposta adequada à situação nas fronteiras externas da UE, atendendo ao aumento constante das passagens. A proteção de dados, o eventual acesso das autoridades policiais a estes sistemas e os respetivos custos serão outros assuntos abordados no debate de terça-feira.**

Um projeto-piloto começou a ser testado no aeroporto de Lisboa no dia 15 de março.

O comissário europeu com a pasta da Migração, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos, anunciou em 3 de dezembro passado que as propostas legislativas de 2013 relativas ao pacote "fronteiras inteligentes" seriam retiradas e substituídas por novas propostas no final de 2015 ou no início de 2016.

O pacote "fronteiras inteligentes" visa melhorar a gestão das fronteiras externas do espaço Schengen utilizando tecnologias mais modernas, combater a imigração irregular, simplificar as formalidades para os viajantes frequentes e reforçar a segurança nas fronteiras da UE.

Um projeto-piloto que inclui a recolha de identificadores biométricos de cidadãos de 20 países estrangeiros começou a ser testado no aeroporto de Lisboa no dia 15 de março. O sistema vai também ser avaliado em aeroportos da Holanda, Alemanha, Espanha, França e Suécia até ao mês de setembro. Este projeto-piloto visa testar novas tecnologias nas fronteiras externas e recolher informações para auxiliar o processo decisório a nível europeu.

O proposto **Sistema de Entrada/Saída** (EES) registaria a hora e o local de entrada e saída dos nacionais de países terceiros que viajam para a UE. Calcularia eletronicamente o período da estada de curta duração autorizada, substituindo o atual sistema manual, e transmitiria um alerta às autoridades nacionais quando não houvesse registo da saída após o termo da estada autorizada. O sistema EES visa contribuir para resolver o problema da permanência de pessoas no espaço Schengen para além do prazo autorizado pelo seu visto de curta duração.

O **Programa de Viajantes Registrados** (RTP) permitiria que os viajantes frequentes de países terceiros entrassem na UE com recurso a controlos simplificados na fronteira, sob reserva de um controlo de segurança e de documentação prévio. O RTP prevê sistemas automatizados de

controlo fronteiriço (ou seja, portas automáticas) nos principais pontos de passagem das fronteiras, como os aeroportos. O objetivo é simplificar e acelerar os controlos fronteiriços dos viajantes frequentes, como empresários, familiares de cidadãos europeus, investigadores, estudantes, etc.

**Pergunta ao Conselho** - Considera o Conselho que o Sistema de Entrada/Saída (EES) e o Programa de Viajantes Registados (RTP) previstos constituem uma resposta adequada e satisfatória à situação atual e futura nas fronteiras externas da UE, atendendo ao aumento constante do número de passagens nas fronteiras e, em caso afirmativo, por que razão?

- Entende o Conselho que o EES é um instrumento apropriado para reduzir o número de pessoas que ultrapassam o período de estada autorizada e, em caso afirmativo, por que motivo?

- Qual é a opinião do Conselho relativamente ao acesso ao sistema e ao programa para efeitos de aplicação da lei?

- Qual é o ponto de vista do Conselho no que respeita aos fins previstos?

- Poderia o Conselho expor em linhas gerais as suas reflexões sobre o sistema e o programa, nomeadamente no que se refere à arquitetura, aos identificadores biométricos e aos períodos de conservação de dados?

- Em que medida pode o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a conservação de dados influenciar a versão atual das propostas?

- Qual é a opinião do Conselho relativamente à modernização dos instrumentos existentes, com vista a cumprir os objetivos previstos do EES e do RTP, e à interoperabilidade e compatibilidade dos vários sistemas de TI já existentes no contexto do pacote "fronteiras inteligentes"?

- Qual é o ponto de vista do Conselho no que respeita aos custos do pacote "fronteiras inteligentes", designadamente os que não são cobertos (na íntegra) pelo Fundo para a Segurança Interna?

**Pergunta à Comissão** - Tenciona a Comissão apresentar uma única proposta legislativa que venha a ser complementada por uma modificação do Código das Fronteiras Schengen, de modo a contemplar o(s) sistema(s) das fronteiras, ou duas propostas separadas que venham a ser igualmente complementadas por uma modificação do referido código?

- Quando tenciona a Comissão apresentar as propostas revistas anunciadas? Serão estas propostas acompanhadas de uma nova avaliação de impacto?

- Considera a Comissão que o Sistema de Entrada/Saída (EES) e o Programa de Viajantes Registados (RTP) previstos constituem uma resposta adequada e satisfatória à situação atual e futura nas fronteiras externas da UE, atendendo ao aumento constante do número de passagens nas fronteiras e, em caso afirmativo, por que razão?
- Entende a Comissão que o EES é um instrumento apropriado para reduzir o número de pessoas que ultrapassam o período de estada autorizada e, em caso afirmativo, por que motivo? Qual é a opinião da Comissão relativamente ao acesso ao sistema e ao programa para efeitos de aplicação da lei? Qual é o ponto de vista da Comissão no que respeita aos fins previstos?
- Poderia a Comissão expor as suas ideias principais relativamente às propostas revistas que tenciona apresentar, nomeadamente no que se refere à arquitetura, aos identificadores biométricos e aos períodos de conservação de dados? Em que medida pode o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a conservação de dados influenciar a versão atual das propostas?
- Qual é a opinião da Comissão relativamente à modernização dos instrumentos existentes, com vista a cumprir os objetivos previstos do EES e do RTP, e à interoperabilidade e compatibilidade dos vários sistemas de TI já existentes no contexto do pacote "fronteiras inteligentes"?

*Debate: 9/06/2015*

*Processo: perguntas orais*

*Relatores: Agustín Díaz de Mera (PPE, ES), sobre o Sistema de Entrada/Saída, e Tanja Fajon (S&D, SL), sobre o Programa de Viajantes Registados*

### **Mais informação**

[Projeto-piloto "fronteiras inteligentes" no aeroporto de Lisboa](#)

[Proposta sobre o Sistema de Entrada/Saída](#)

[Proposta sobre o Programa de Viajantes Registados](#)

## Estratégia Europeia de Segurança Energética

**Os eurodeputados vão debater os principais desafios no setor da energia e a Estratégia Europeia de Segurança Energética na terça-feira e votar um relatório sobre este tema no dia seguinte. A dependência excessiva da UE em relação às importações da Rússia, a moderação da procura, os preços, as energias renováveis, a realização de um mercado interno da energia plenamente integrado, os níveis de interconexão da eletricidade e do gás e os investimentos são alguns dos assuntos abordados no relatório.**

Este relatório vai definir a posição do Parlamento Europeu em relação à Comunicação da Comissão "Estratégia Europeia de Segurança Energética", apresentada em maio do ano passado.

O documento elaborado pela comissão parlamentar da Indústria, Investigação e Energia analisa os principais desafios neste setor, como a criação de uma União da Energia, a moderação da procura, o aumento da produção própria de energia, o desenvolvimento de tecnologias energéticas, a realização de um mercado interno da energia plenamente integrado, a diversificação do abastecimento externo e a necessidade de coordenação e solidariedade entre todos os Estados-Membros.

A comissão parlamentar está de momento a preparar outro relatório sobre a Comunicação da Comissão "Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro" apresentada em fevereiro deste ano.

A UE importa 53% do total do seu consumo energético.

*Debate: 9/06/2015*

*Votação: 10/06/2015*

*Processo: relatório de iniciativa*

*Relator: Algirdas Saudargas (PPE, LT)*

## Mais informação

[Relatório sobre a Estratégia Europeia de Segurança Energética](#)

[Comunicação da Comissão "Estratégia Europeia de Segurança Energética", apresentada em 28 de maio de 2014](#)

[Comunicação da Comissão "Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro", apresentada em 25 de fevereiro de 2015](#)



## Parlamento Europeu vota resolução sobre a situação na Hungria

**A situação dos direitos fundamentais na Hungria, as recentes declarações do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán sobre uma eventual reintrodução da pena de morte no país, uma polémica consulta pública sobre a imigração e a reação da UE a estes últimos desenvolvimentos vão ser analisadas numa resolução que será votada na quarta-feira. O debate com o vice-presidente da Comissão responsável pelos Direitos Fundamentais, Frans Timmermans, e Viktor Orbán realizou-se na sessão plenária de 19 de maio.**

No dia 7 de maio, a comissão parlamentar das Liberdades Cívicas debateu, [a pedido da Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu](#), os possíveis efeitos, incluindo nos direitos e no estatuto enquanto membro da UE, no caso de um Estado-Membro decidir reintroduzir a pena de morte.

A Comissão Europeia declarou que a reintrodução da pena de morte seria contrária aos valores consagrados no Artigo 2.º do Tratado da UE e que levaria à aplicação do Artigo 7.º, que permite, no caso da existência de uma violação grave e persistente dos valores da UE, a suspensão de alguns dos direitos do Estado-Membro em causa, incluindo o direito de voto do representante do governo desse Estado-Membro no Conselho.

Artigo 2.º do Tratado da UE: *"A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres"*. **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate de 19 de maio Pedro Silva Pereira (S&D):** "Infelizmente, Viktor Orbán não veio aqui prestar esclarecimentos e muito menos confirmar a sua fidelidade aos direitos humanos e aos valores europeus. Veio aqui para iludir as questões, pretendendo confundir verdadeiras ameaças aos direitos fundamentais na Hungria com o exercício da liberdade de expressão e da democracia.

E é absolutamente deplorável que o faça com a complacência de alguns neste Parlamento, incluindo do maior grupo político, o Partido Popular Europeu. Viktor Orbán confirmou aqui a vontade de debater a reposição da pena de morte, confirmou uma visão xenófoba sobre a imigração e não pode confundir valores com tabus. Pode fazer na Hungria os debates que entender mas, se o fizer, fá-lo-á com a condenação política deste Parlamento Europeu e, se

seguir por esse caminho de violação da Carta dos Direitos Fundamentais e dos Tratados fundadores da União Europeia, terá a resposta que merece das instituições europeias".

*Debate: 19/05/2015*

*Votação: 10/06/2015*

*Processo: resolução*

### **Mais informação**

[Intervenções no debate de 19 de maio sobre a situação na Hungria](#)

# Desporto e direitos humanos: debate sobre os Jogos de Baku e os prisioneiros políticos no Azerbaijão

Os eurodeputados vão debater com a Comissão e o Conselho os Jogos Europeus 2015 que se iniciam em Baku, capital do Azerbaijão, em 12 de junho, e a situação dos direitos humanos no país, onde estão presos muitos ativistas políticos e jornalistas. Os parlamentares querem que as federações desportivas europeias e internacionais incluam o respeito pelos direitos humanos como um pré-requisito para um país poder acolher eventos desportivos desta dimensão e projeção mediática.

*Debate: 10/06/2015*

## Mais informação

[Situação dos direitos humanos no Azerbaijão \(nota do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu\)](#)

## Reformas e situação dos direitos e liberdades na Turquia

**As reformas realizadas na Turquia, a situação da democracia e dos direitos humanos no país, a corrupção, a liberdade de imprensa e de expressão, a questão curda, as negociações com o PKK, a independência do sistema judicial e o genocídio arménio vão ser alguns dos assuntos abordados numa resolução sobre a Turquia, a ser votada na quarta-feira. O debate em plenário realizou-se no dia 20 de maio.**

*Debate: 20/05/2015*

*Votação: 10/06/2015*

*Processo: resolução*

## Outros assuntos em destaque

### Igualdade de género pós-2015 / Direitos de propriedade intelectual / Alterações climáticas

**Igualdade de género:** Relatório sobre a estratégia da UE para a igualdade entre homens e mulheres pós-2015 (debate na segunda-feira, votação na terça-feira)

**Propriedade intelectual:** Relatórios sobre direitos de propriedade intelectual em países terceiros e sobre um plano de ação da UE (debate na segunda-feira, votação na terça-feira)

**Alterações climáticas:** Recomendação sobre a celebração, em nome da UE, da Emenda de Doa ao Protocolo de Quioto (debate na terça-feira, votação na quarta-feira)